

29 de Maio de 2023



**SOLUÇÕES PALIATIVAS DA TOTALENERGIES  
PARA PROBLEMAS DE EXTRACTIVISMO- REFLEXÕES  
SOBRE O RELATÓRIO DE JEAN-CHRISTOPHE RUFIN**

**João Feijó**

## **INTRODUÇÃO**

Aquando da sua visita a Moçambique, em Fevereiro de 2023, o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné anunciou a realização de um relatório de avaliação das condições de direitos humanos em Cabo Delgado. Num cenário de expectativa em relação ao retorno de um dos maiores investimentos em gás em todo o continente africano, inúmeras atenções foram canalizadas para o relatório divulgado no passado dia 23 de Maio. Com base nas conclusões de Jean-Christophe Rufin, este Destaque Rural pretende reflectir sobre o desenvolvimento da província de Cabo Delgado e sobre o papel que poderão ter grandes projectos extractivos nesse processo. Argumenta-se que as propostas de Rufin não questionam os pressupostos extractivos e extrovertidos da economia política moçambicana, responsável por fenómenos de exclusão social, procurando exercer, sobretudo, efeitos paliativos sobre os problemas sociais. Trata-se de um projecto que procura contribuir para estabilização socio-política do território com vista a assegurar a concretização do investimento, mas que não proporciona reformas profundas nas condições que desencadeiam a instabilidade.

### **1. CONSOLIDAÇÃO DE UM CORREDOR ENERGÉTICO E EFEITOS SOBRE AS POPULAÇÕES LOCAIS**

A integração de vastas regiões do interior moçambicano na economia do Índico foi realizada por intermédio da exportação de conjunto de *commodities*, fortemente assentes no tráfico de escravos, de marfim e de ouro. A penetração colonial portuguesa manteve a tónica na exportação de trabalho migratório (sobretudo para a África do Sul), mas também de exploração de trabalho obrigatório para produção de *commodities* para exportação, nomeadamente algodão, açúcar ou sisal.

Já no novo milénio, o Canal de Moçambique consolida-se como um corredor energético, de exportação de matérias-primas do *hinterland* africano, por intermédio dos corredores de transporte de Lichinga, de Nacala, da Beira ou de Maputo. No centro e Norte de Moçambique consolidam-se diversos investimentos internacionais que exercem uma grande pressão sobre terras. Verificam-se fortes investimentos nas áreas

extractivas (carvão, areias pesadas, grafite, pedras preciosas, gás natural), mas também em plantações florestais (através de sistemas de crédito de carbono, como compensação de emissões) ou agro-negócio (com interesses na soja). Num cenário de crise e de transição energética e de necessidade de estabilização dos preços nos mercados internacionais, Moçambique adquire importância como exportador mundial de matérias-primas fundamentais para as próximas gerações de energias (como grafite, fundamental para a produção de baterias), mas também de transição (como o gás natural), incluindo para produção de componentes de telecomunicações (areias pesadas).

Estes grandes projectos têm tido a capacidade de atrair grandes investimentos internacionais, gerando-se expectativas em torno da possibilidade de aumento das exportações, equilíbrio da balança comercial e de pagamentos, aumento da contribuição fiscal e consequente aumento do investimento público, assim como geração de contratos para empresários nacionais, promoção de empregos para moçambicanos e crescimento económico.

Os investimentos acontecem em áreas remotas, caracterizadas pela fragilidade do Estado e ausência de infra-estruturas e de serviços públicos, elevadas taxas de analfabetismo. Invariavelmente, nessas áreas predominam populações camponesas ou piscatórias, pouco integradas nos mercados, maioritariamente jovens, marcadas por elevadas taxas de fecundidade. As análises sobre os processos de investimento na indústria extractiva têm revelado as seguintes consequências imediatas:

**Aumento da pressão sobre terras,** em processos geralmente pouco participativos, onde os agentes do Estado (de nível central a local), que deveriam assumir um papel mediador, tomam, geralmente, o partido dos investidores, com os quais, por vezes, se confundem. Com elevados níveis de iliteracia, assimetrias de informação e reduzida capacidade negocial, as populações camponesas são geralmente pressionadas para ceder os seus terrenos em troca de promessas vagas de “desenvolvimento” e de empregos futuros. Frequentemente, nem se verificam as consultas comunitárias previstas na Lei ou, quando acontecem, contam com a presença da polícia de intervenção rápida. Os que apresentam resistências são muitas vezes ameaçados. Os reassentamentos populacionais arrastam-se durante anos, em processos geralmente caracterizados por problemas de comunicação entre a empresa e as populações afectadas, por suspeitas de desvio de benefícios, conflitos entre as populações reassentadas e anfitriãs (que cedem as suas áreas para reassentamento das primeiras);

**Reduzida relação dos investimentos com o tecido económico local.** O investimento em capital intensivo promove o aumento das importações de tecnologia (que dinamiza a indústria e promove o emprego noutras latitudes), mas é gerador de poucos empregos locais. Os poucos empregos criados acontecem, sobretudo, durante as fases de implementação dos projectos e, devido às elevadas taxas de analfabetismo, beneficiam maioritariamente quadros de fora da região. Estes investimentos atraem o

crédito para os sectores extractivos, desviando-o de outros sectores produtivos locais promotores de emprego (agro-pecuária, agro-transformação, pesca, comércio). As zonas exportadoras de recursos naturais tornam-se excessivamente dependentes das oscilações dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, que não conseguem controlar;

**Surgimento de sentimentos de desprotecção e tensões sociais:** a chegada de quadros internacionais, com elevados salários e capacidade de consumo, aumenta a procura de terras, bens alimentares e de serviços. O aumento da diferenciação social é promotor de tensões sociais entre “locais” e “vientes”. A reivindicação de primazia em relação ao acesso aos recursos por parte dos locais traduz o sentimento de desprotecção social destes últimos perante a ameaça externa.

**Fragilidade das instituições do Estado e incapacidade de fiscalização:** Com reduzidos orçamentos, meios técnicos ou quadros qualificados, o Estado revela dificuldades na produção de regulamentos jurídicos proteccionistas, na negociação de contratos e na fiscalização de grandes projectos, quer ao nível da produção, contributo fiscal ou de impacto ambiental. Os baixos salários dos funcionários públicos tornam-nos vulneráveis a fenómenos de corrupção. A situação tende a agravar-se quando os projectos extractivos resultam de *joint ventures* entre investidores internacionais e *big men* nacionais. Acrescem problemas de partidarização das instituições públicas, de falta de transparência governativa e de criação de obstáculos no acesso à informação ou de participação dos cidadãos.

**Frustração das elevadas expectativas iniciais e sentimentos de Estado contra a população.** Na região carbonífera de Moatize e de Marara, nas plantações de eucaliptos do Niassa, nas areias pesadas em Olinda, nas minas de rubis Namanhumbir, em torno dos projectos de liquefacção de gás de Afungi, ou noutras zonas de penetração de grandes projectos extractivos, verificam-se fenómenos de elevada frustração das expectativas sociais. Manifestações de protesto têm geralmente uma resposta violenta por parte da Unidade de Intervenção Rápida, largamente documentadas. Jovens locais competem entre si por empregos mal pagos e desenrascam alternativas no sector informal (como vendedores ambulantes, serviços de táxi-mota), onde enfrentam a atitude predadora de agentes da autoridade mal remunerados e oportunistas. Estas situações alimentam sentimentos largamente partilhados, segundo os quais, Moçambique é abundante em recursos naturais mas não beneficiam o grosso da população. Fenómenos de manipulação política e eleitoral constituem obstáculos à rotação partidária, impossibilitando a juventude de descarregar nas urnas as suas frustrações em relação ao governo do dia. A inexistência de canais formais de participação e de mudança alimenta consciências, segundo as quais, as alterações do sistema só poderão acontecer por vias revolucionárias. O descontentamento da população é facilmente capitalizado por grupos populistas e violentos.

**Conflitos armados, desastre humanitário e novas tensões sociais.** Neste cenário, criam-se condições propícias para a eclosão de conflitos violentos, geradores de deslocamentos forçados, com graves consequências humanitárias. Moçambique tornou-se num destino frequente dos quadros das organizações das Nações Unidas. Não obstante os longos períodos de urgência humanitária, as organizações internacionais mostraram-se frágeis na capacitação de organizações locais para prestação de serviços, dinamizando sentimentos de exclusão por parte dos próprios actores da sociedade civil local. Por outro lado, o desequilíbrio institucional entre as organizações baseadas em Maputo (com quadros mais qualificados e experientes, mais próximos das embaixadas e das agências de desenvolvimento) e as baseadas no extremo Norte do país tende a ser reprodutor de tensões socio-geográficas. Grande parte dos orçamentos da ajuda humanitária e de projectos de desenvolvimento é aplicada em despesas administrativas, arrendamento de escritórios nos bairros nobres, salas em hotéis de referência, aluguer de viaturas e gastos com técnicos e consultores. As oportunidades dos técnicos da ajuda humanitária e do desenvolvimento contrastam com a persistência dos problemas locais.

## **2. A PUBLICAÇÃO DE UM RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM REDOR DE AFUNGI**

Foi neste cenário estrutural, que o consultor Jean-Christophe Rufin produziu o seu relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e de direitos humanos ao longo do triângulo Palma, Afungi e Mocímboa da Praia.

### **2.1 O que constata o relatório?**

Em termos gerais o relatório constata o seguinte:

**Existência de factores internos de longa duração dinamizadores do conflito.** O relatório reconhece a existência de múltiplos factores desencadeadores do conflito, assentes na pobreza e na exclusão socio-política de longa duração, em tensões étnico-políticas e assimetrias socio-espaciais. Reconhecendo a existência de influências estrangeiras, o estudo refere o prevalecimento de cidadãos moçambicanos no seio da insurgência, que obteve amplas simpatias locais;

**Persistência de problemas nos reassentamentos populacionais.** O estudo refere défices de participação da população (de origem camponesa e iletrada), a morosidade dos processos de reassentamento e atrasos no pagamento de compensações às populações afectadas. O relatório acrescenta a limitação de acesso a recursos naturais, nomeadamente a terrenos agrícolas e áreas de pesca, colocando em causa a sobrevivência económica das famílias, assim como conflitos inter-comunitários entre populações anfitriãs e deslocadas, aumentando a tensão social;

**Preconiza a necessidade de implementação de projectos de desenvolvimento imediatos.** O relatório explica que aguardar pelo início da produção de gás para a promoção de projectos de desenvolvimento seria socialmente insustentável. Reconhece que o apoio socioeconómico não se deve ser circunscrito à área limítrofe de Afungi, mas abranger toda a província, evitando a criação de um enclave. O relatório reconhece o esforço realizado pela TotalEnergies de apoio à produção agrícola local, através da qual é abastecido o acampamento de Afungi.

**Riscos de violações de Direitos Humanos por parte das forças de defesa e segurança.** O relatório refere que o pagamento de baixos salários a militares despreparados encoraja abusos contra civis, questionando o papel dissuasor do pagamento de bónus de desempenho sobre possíveis abusos. O relatório mostra reservas quanto ao memorando de entendimento estabelecido entre o Mozambique LNG e as FADM. A existência desse acordo envolve o consórcio Mozambique LNG em qualquer acto de violação de direitos humanos promovidos pelas forças de segurança, sem que tenha autoridade sobre o processo de comando, fiscalização e sancionamento dos responsáveis. Por outro lado, o acordo envolve directamente o consórcio num conflito desencadeado por cidadãos moçambicanos, que se rebelaram contra o Estado. Rufin admite a possibilidade de, a longo prazo, a infra-estrutura a implantar tornar-se alvo dos ataques, à semelhança do verificado noutros países.

## 2.2. O que omite o relatório?

O relatório foi particularmente omissivo, ou focou forma bastante superficial e indirecta, os seguintes aspectos:

**Papel do LNG no agravamento das tensões de longa duração:** Não obstante o relatório reconhecer tensões relacionadas com a exploração de recursos naturais, como, por exemplo, de pedras preciosas, entre outros factores socio-políticos, o relatório omite o papel dos grandes projectos de gás no aumento dessas tensões. O projecto de exploração de gás despoletou uma grande pressão sobre terras, reassentamentos populacionais, aumento da migração para a região, inflação generalizada e sentimentos de ameaça e de exclusão por parte dos nativos no acesso a empregos e recursos de poder.

**Economia política da região, de cariz extractivo e extrovertido,** com reduzida relação com o tecido económico local, pouco geradora de emprego, promotora de desigualdades e de exclusão social, num cenário de reduzida transparência governativa. Não obstante a maioria da população ser composta por camponeses ou pescadores, as políticas públicas de desenvolvimento secundarizam essa produção familiar,

contribuindo para a baixa produção e produtividade agrícola, reprodução da pobreza e persistência de insegurança alimentar<sup>1</sup>.

**Relatos de violação de direitos humanos ao longo do conflito.** Estão largamente documentados episódios de detenção de civis em prisões militares, desaparecimento ou assassinatos de indivíduos (incluindo jornalistas), agressões, extorsões e pilhagens, promovidos pelos grupos rebeldes mas também, alegadamente, por elementos das Forças de Defesa e Segurança. Não obstante a preocupação dos técnicos da TotalEnergies na gestão de incidentes entre forças de segurança e as populações, a omissão de episódios largamente conhecidos não deixa de poder ser entendida como um silêncio cúmplice.

**Reduzido ou nulo envolvimento das organizações da sociedade civil locais** no processo de ajuda humanitária ou de desenvolvimento, reproduzindo desigualdades socio-espaciais e sentimentos de exclusão por parte dos actores locais.

**Não há qualquer referência ao diálogo e à construção da paz.** Apesar de as complexas causas do conflito estarem identificadas, de a liderança da insurgência ser conhecida, a realização de reformas com vista à promoção do diálogo e da paz continua a constituir um assunto a evitar. O conflito prolonga-se no tempo.

### **3. UMA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, SEM ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE RELAÇÕES SOCIAIS**

O relatório de consultoria reforçou a necessidade de apoio socioeconómico a grupos desfavorecidos, entre os quais mulheres, grupos com deficiência, órfãos, jovens e idosos, não referindo abertamente os grupos etnolinguísticos da costa. Na sequência da divulgação do relatório de consultoria, a TotalEnergies anunciou a criação de uma fundação para o desenvolvimento de Cabo Delgado, com um orçamento anual de 200 milhões de dólares e dirigido de forma independente por figuras com experiência internacional.

Se é verdade que o anúncio de um orçamento em 200 milhões de dólares tem sempre um carácter pomposo, a realidade é que o montante é claramente insuficiente para fazer face a um território de 82.625 km<sup>2</sup> (cerca de 6 vezes inferior ao território francês na Europa), com 17 distritos e perto de 3 milhões de habitantes. O orçamento anual da fundação representa 25% do custo total da ponte Maputo-Katembe, no extremo Sul da província. Está por conhecer a percentagem do orçamento alocado a despesas administrativas, relacionadas com a contratação de recursos humanos, arrendamento de instalações e deslocações de funcionários.

---

<sup>1</sup> A enorme expectativa depositada em investimentos de capital intensivo, contrasta com a reduzida atenção mediática que mereceu o encerramento da empresa algodoeira Plexus, com impacto directo sobre o escoamento de algodão de cerca de 50.000 produtores, afectando aproximadamente 250.000 indivíduos.

Na linha das acções do Pamoja Tunawesa (conjunto de iniciativas de desenvolvimento socioeconómico promovida pela Mozambique LNG), a fundação poderá exercer um efeito positivo ao nível da distribuição de factores de produção (sementes, utensílios agrícolas, redes de pesca, embarcações, etc.), de melhoria e alargamento do acesso a serviços (de educação, saúde e de extensão rural), complementando (ou substituindo) o papel do Estado em territórios onde não consegue estar presente. Contudo, terá um papel bastante limitado sobre aspectos centrais relacionados com a definição de políticas macroeconómicas nacionais (descentralização administrativa e do orçamento de Estado, diversificação económica) ou da edificação do Estado de Direito (reforço da Procuradoria e do Tribunal Administrativo, combate à corrupção, alargamento do acesso à justiça, respeito por direitos humanos ou despartidarização das instituições públicas). Não é claro se a fundação contribuirá para a identificação e fortalecimento de organizações da sociedade civil locais, independentes do poder governamental, capazes de representar as populações locais, realizando acções de advocacia em torno de temáticas politicamente sensíveis como a transparência governativa, gestão de recursos naturais, direitos humanos ou eleições.

O pacto social emergente assenta, não tanto, na concretização das responsabilidades Constitucionais assumidas pelo Estado moçambicano junto dos seus cidadãos, mas, na promoção de responsabilidades sociais de empresas multinacionais, com objectivos corporativos. Sendo limitada a capacidade da fundação para alterar o sistema de relações sociais, ela exercerá, sobretudo, uma acção paliativa sobre a região, atenuando a conflitualidade para níveis que permitam reduzir os riscos de penetração do grande capital extractivo. A fundação proporcionará uma maior coordenação e visibilidade dos projectos socioeconómicos da Mozambique LNG's, legitimando uma economia extractivista e extrovertida, que garantirá a estabilidade dos preços das matérias-primas nos mercados mundiais, respectiva industrialização e criação de riqueza.

Um relatório encomendado por uma empresa multinacional, não poderia ter como objectivo apontar soluções para os problemas estruturais de Moçambique, o que poderia ser interpretado como uma ingerência política interna. Contudo, o relatório propõe um modelo de cooperação dirigido por uma empresa multinacional, prevendo a necessidade de não envolvimento do Governo de Moçambique. Trata-se de um modelo de cooperação semelhante ao de agências de desenvolvimento internacionais, como a USAID, que traduz não apenas os problemas de prestação de contas do Governo moçambicano, mas a existência de uma competição internacional pela ocupação de zonas de influência em Moçambique.